



**XI Colóquio Internacional
"Educação e Contemporaneidade"
São Cristóvão/SE/Brasil
21 a 23 de Setembro de 2017
ISSN: 1982-3657**



Recebido em:
14/07/2017
Aprovado em:
15/07/2017
Editor Respo.:
Veleida Anahi
Bernard Charlort
Método de
Avaliação: Double
Blind Review
E-ISSN:1982-3657
Doi:

POR UMA EDUCAÇÃO INDÍGENA INTERCULTURAL: AS PRÁTICAS DE DISCURSOS CIRCUNSCRITAS NOS MANUAIS E QUE ATRAVESSAM OS/AS PROFESSORES/AS

TAYSA KAWANNY FERREIRA SANTOS
LEYLA MENEZES DE SANTANA

EIXO: 25. EDUCAÇÃO, INTERCULTURALIDADE E DESCOLONIZAÇÃO DO SABER

RESUMO: Este trabalho investiga as funções, estratégias, e discursos substantivos circunscritos à História Indígena, prescritos pelos manuais de formação de professores e produzidos após a Lei 11.645/2008. A metodologia utilizada neste trabalho é a pesquisa histórica, pois compreende-se que a história é constituída pela experiência humana vivida integral e socialmente, numa constante contradição de ideias, necessidades e aspirações que se manifestam num movimento de "fazer, desfazer e refazer". Portanto, pesquisar estes discursos é uma forma de contribuir no debate acerca da obrigatoriedade do Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena nas escolas, tendo em vista em que a mesma passou a integrar a legislação em todo território nacional, como também as discussões referentes da historiografia indígena e as representações e discursos partilhados por alunos e professores.

Palavras-chave: Práticas de discurso. Diversidade. Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena

Abstract: This work investigates the functions, strategies, and substantive discourses circumscribed to Indigenous History, prescribed by teacher training manuals and produced after Law 11.645 / 2008. The methodology used in this work is historical research, because it is understood that history is constituted by human experience lived integrally and socially, in a constant contradiction of ideas, needs and aspirations that are manifested in a movement of "do, undo and redo". Therefore, researching these discourses is a way of contributing to the debate about the compulsory teaching of Afro-Brazilian and Indian History and Culture in schools, considering that it has become part of the legislation throughout the national territory, as well as discussions Referents of indigenous historiography and representations and discourses shared by students and teachers.

Keywords: Speech Practices. Diversity. Teaching of Afro-Brazilian and Indigenous History and Culture

1 INTRODUÇÃO

Este artigo busca refletir sobre o cumprimento da Lei 11.645/2008 a partir das estratégias e conteúdos presentes no mercado editorial em que são feitas abordagens do tempo presente das sociedades indígenas e pelo os manuais de formação de professores, produzidos após a referida lei. Considera-se que um dos maiores desafios para tratar da temática indígena no ensino é a superação de imagens exóticas folclorizadas sobre os povos indígenas e os discursos inseridos no cotidiano escolar. A escola é uma das instituições responsáveis pela veiculação de muitas ideias, imagens e informações equivocadas a respeito dos índios no Brasil.

A implementação da Lei 11.645/2008 veio somar-se aos debates sobre o reconhecimento e o respeito às sociodiversidades no Brasil contemporâneo. E exigindo, portanto, um repensar sobre a história do país, por meio de

discussões sobre a chamada “formação” da sociedade brasileira e da “identidade nacional”, a respeito da existência de uma suposta “cultura brasileira”, “nordestina”, “amazônica” e da problematização das ideias e das concepções a respeito da “mestiçagem”, do lugar dos índios, dos negros e de outras minorias que formam a maioria da chamada população brasileira. Após sete anos da promulgação da Lei 11.645/2008, observamos, além de possibilidades, alguns desafios e impasses para a sua execução.

A Lei 11.645, de 10 Março de 2008 altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que já tinha sido modificada pela Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática *História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena*. O conteúdo programático a que se refere esta lei incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

O que nos motiva a fazer essa discussão são as inquietações que pairam em torno do discurso feito por educandos/as e professores/as a respeito dos Povos Indígenas. Dessa forma, selecionou-se um conjunto de leituras úteis à análise acerca do conteúdo e das discussões a respeito da produção de subsídios para atender as exigências de implementação da Lei 11. 645/2008, que determinou a inclusão nos currículos das escolas públicas e privadas a inclusão do ensino da história e culturas dos povos indígenas. Esta reflexão torna-se relevante por contribuir no debate acerca da efetivação da lei, pois a mesma passou a integrar a legislação educacional em todo território nacional, como também as discussões referentes à historiografia indígena.

Desse modo, as primeiras produções relativas à temática indígena, apresentam visões um tanto equivocadas quanto ao papel dos índios na História do Brasil. Colocando-os como passivos inertes ou mesmo incapazes de promover qualquer ação efetiva contra o projeto colonial. A problemática desta reflexão foi construída a partir da seguinte questão orientadora: Quais os mecanismos utilizados pelo Ministério da Educação para que a temática indígena seja inserida no currículo escolar e no cotidiano de professores

Esta pesquisa assume uma perspectiva qualitativa, pois proporciona uma compreensão indutiva acerca dos conteúdos substantivos circunscritos à história Indígena, prescritos pelos manuais de formação de professores, produzidos após a referida lei. No âmbito da História, é possível assumir a perspectiva da História do Tempo Presente porque foca em orientações teóricas e metodológicas para fazer uma história que considera as fontes disponíveis no tempo vivido, as quais permitem diferenciar tal tempo de outras épocas.

Tendo por base o método histórico, pois procura-se “[...] abordar e problematizar o objeto a partir de evidências encontradas (fontes históricas), nas quais as experiências de vida do sujeito são trazidas e analisadas no tempo.” (SOBRAL; BRETAS, 2016, p.212). Dessa forma, entende-se que a história é constituída pela experiência humana vivida integral e socialmente, numa constante contradição de ideias, necessidades e aspirações que se manifestam num movimento de “fazer, desfazer e refazer”. Entrelaça-se o método histórico com uma bibliografia específica que aborda os eixos: Ensino de História, História Indígena, Teoria do Discurso, assim como com as produções didáticas sobre os povos indígenas e mudanças na elaboração de seus textos e na exibição de imagens.

Marc Bloch (2001) comenta que as próprias técnicas de investigação não são as mesmas conforme nos aproximamos ou nos afastamos do momento presente. Esse autor é uma referência fundamental por sua posição em relação à ciência da história, afirmando que uma ciência não se define apenas pelo seu objeto de estudo; antes, é preciso pensar nos limites estabelecidos pelo próprio historiador. Discute a natureza dos métodos, pois é sempre necessário o emprego destes para o desenvolvimento da pesquisa e da narrativa histórica, confirmando desta forma o emprego da ciência para a construção do conhecimento. Assim, ajuda a entender que as técnicas de pesquisa não são as mesmas para todos os objetos, pois somente a teoria nos dará suporte para criarmos as nossas próprias técnicas segundo o que realmente queremos investigar.

No que concerne especificamente esta reflexão, optou-se por analisar as coleções dos conteúdos substantivos circunscritos à história indígena, prescritos pelos manuais de formação de professores e esses foram adquiridos em escolas municipais e estaduais do Estado de Alagoas, por se entender que nessas instituições há materiais/livros sendo utilizados no corrente ano letivo e outros em suas bibliotecas como apoio a pesquisa para a comunidade

escolar.

Dessa forma, foi elaborado e aplicado questionários semiestruturados com professores/as de escolas públicas das redes municipal e estadual do Estado de Alagoas, como forma de identificar se trabalham com os materiais, como eles são apresentados em sala de aula e como os conteúdos sobre os indígenas estão sendo abordados após a lei 11.645/2008.

Em se tratando do discurso reproduzido sobre a história indígena e prescrito pelos manuais de formação de professores, vale ancora-se nas reflexões de Foucault (2008) que destaca que é preciso que nos inquietemos diante de certos recortes ou agrupamentos que já nos são familiares e que não se trata apenas de um único objeto de discurso e que se constituem como o aparecimento histórico, é necessário estabelecer um conjunto de relações entre as instâncias de emergência, de delimitação e de especificidade.

Através desta análise é possível entender de que forma esses discursos são representados e de que maneira os índios vêm sendo representados através de textos, imagens e manuais à disposição no mercado editorial em que é algo pouco discutido, considerando sua capacidade de formular ou de se constituir como elemento de uma construção a respeito não somente da história do Brasil, mas também do papel e/ou lugar do índio como sujeito nessa mesma história. Os manuais de formação e subsídios torna-se, portanto um objeto de fonte de pesquisa servindo, por exemplo, para perceber as mudanças e permanências, avanços e retrocessos referentes ao que se produz a respeito dos povos indígenas

De acordo com Funari (2011) a escola tem cristalizado determinadas imagens sobre os índios que “fazem a cabeça” dos cidadãos presentes e futuros, com isso muitas vezes, acabam favorecendo a exclusão ou pelo menos, o esmaecimento da presença indígena na sociedade e na cultura brasileira. Assim, quando se trata de pessoas, só existe uma raça: a raça humana. A contraposição entre “índios” e “brancos” como categorias de tipo racial, além de ser um erro do ponto de vista científico, dificulta que o ensino das escolas abarque a diversidade existente e no limite, favorece o racismo.

Alguns trabalhos foram escolhidos por explicarem de que maneira isso vem chegando até a escola. Deve-se compreender que a formação e os conhecimentos dos/as professores/as e estudantes sobre a realidade dos povos indígenas no Brasil serão elementos de ordem necessária a discussão e a aplicação da Lei supracitada. O movimento deve ser interativo entre as instituições de ensino da Educação Básica e Superior que são responsáveis pela formação.

Alguns autores contribuíram muito com os propósitos apresentados aqui, Circe Bittencourt, Manuela Carneiro da Cunha e Maria Regina Celestino, por seus trabalhos sobre Ensino de História e História Indígena. Destaca-se o texto de Circe Bittencourt (2009) sobre “História na sala de aula conceitos, práticas e propostas”, em que retratou o Ensino da História como processo de mudanças e permanências ao longo do tempo e, nesse processo, emergiu o homem político. O agente da transformação entendido não somente como um indivíduo, mas também como sujeito coletivo, como também o livro de Manuela Carneiro da Cunha (1998) “História dos Índios no Brasil”, e Maria Regina Celestino de Almeida (2010) “Identidades étnicas e culturais: novas perspectivas para a História Indígena” em que faz uma abordagem da inserção dos Indígenas na História do Brasil nas últimas décadas.

No que diz respeito à temática indígena há uma produção historiográfica e antropológica da coleção Índios do Nordeste organizada por Almeida (2004 à 2011), além de teses e dissertações. Para pensar mais especificamente o ensino da história e da cultura indígena terá como base as produções de Silva e Ferreira que têm se preocupado com este campo de investigação como significativo na construção de conhecimentos sobre os povos indígenas do Nordeste.

2 ENSINO DE HISTÓRIA E DA CULTURA INDÍGENA

Grupioni (1995) constatou que este conhecimento acadêmico produzido não tem tido o impacto que poderia ter sobre os conhecimentos escolares. Os índios continuam sendo pouco conhecidos e muitos estereótipos sobre eles continuam sendo veiculados. A imagem de um índio genérico, estereotipado, que vive na mata, mora em ocas e tabas, cultua Tupã e Jaci e que fala tupi permanece predominante, tanto na escola como nos meios de comunicação.

A historiografia didática acompanhou as discussões teóricas sobre a temática indígena que povoaram a mente de cronistas e viajantes do século XVI, de pensadores do Oitocentos até a contemporaneidade, porém alguns manuais perpetuam representações que não condizem com o atual estado da arte, isto é, com a fase atual das reflexões sobre o tema (MARINHO, 2006, p. 43).

Então, é legítima a possibilidade de que este material esteja inserido em discussões em nível nacional, sendo, uma delas, referente à legitimidade da identidade indígena e aos direitos a eles pertencentes, perante a sociedade e o Estado, e seus membros institucionalizados. Quanto a essa questão Almeida (2010, p.23) diz: “Percebe-se, pois, que as disputas políticas por esses direitos envolvem disputas sobre suas classificações étnicas. Ser ou não ser índio implica ganhar ou perder direitos e isso não acontece apenas em nossos dias”.

Nessa perspectiva, os estudos de Bittencourt (2013), preocupam-se com as distorções e as desinformações a respeito da História e das expressões socioculturais dos grupos étnico-raciais nos livros didáticos, na medida em que a maioria deles ignoram a História dessas populações antes da colonização e seus saberes tradicionais, em detrimento da valorização dos saberes e das culturas ocidentais.

Segundo Foucault (2008) a análise do campo discursivo é orientada de forma inteiramente diferente; trata-se de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação e terminar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que podem estar ligadas, de mostrar outras formas de enunciação.

Analisar como os indígenas são representados nos bancos escolares de todo o Brasil a partir do livro didático e dos manuais de formação a disposição do mercado editorial, é perceber a problemática histórica da representação do “outro”. Ao mesmo tempo em que se observa como as relações entre índios e não índios são historicamente produzidas e perpetuadas na memória de um povo. Essa memória coletiva é construída a partir de um conjunto de identificações e características sobre o que são e quem são os índios no Brasil. Esse processo passa pela identificação das diferenças e das semelhanças entre quem observa e que é observado.

É recorrente em livro didático veicular a imagem indígena congelando o tempo e os movimentos históricos que correspondem às mudanças ocorridas no interior da história indígena. Essa postura tem um sentido e um discurso: as terras e a inserção indígenas na sociedade nacional.

Ao ressaltarmos a importância da atenção das escolas para a História das populações Indígenas locais, não significa que essas devam se restringir apenas ao ensino sobre as expressões socioculturais locais. Mas a partir dessas, as escolas possam situá-las em um contexto social mais amplo e perceber que existem diferenças significativas entre muitas etnias, por outro lado também existe uma visão romântica que enquadra-se como protetores da natureza, puros ingênuos e sem malícia. Essa é apenas uma amostra do imaginário brasileiro sobre o índio que ainda é cultivado em nós.

A aproximação das reflexões da Antropologia com a História trouxe resultados muito frutíferos para as pesquisas sobre a temática indígena: “O diálogo entre História e Antropologia, no Brasil, sobre os índios do Nordeste representa um reposicionamento político da História diante da trajetória dos grupos indígenas da região” (SILVA JÚNIOR, 2010, p. 9). A pesquisadora Maria Regina Celestino de Almeida no livro *Metamorfoses indígenas* (2010) realizou uma reflexão inovadora sobre os aldeamentos indígenas, entendendo-os como espaço de resistência e ressignificação étnica. Esse livro foi um marco nas abordagens da chamada nova história indígena no Brasil. Já em *Os índios na História do Brasil* a autora introduz o leitor quanto à temática indígena elaborou uma narrativa onde evidenciou os índios na condição de agentes históricos.

No tocante às das disciplinas escolares vale considerar que

“[...] as finalidades das disciplinas escolares fazem parte de uma teia complexa na qual a escola desempenha papel de fornecedora de *conteúdos de instrução*, que obedecem a

objetivos educacionais definidos mais amplos”. (BITTENCOURT, 2009, p.42).

Dessa forma, as finalidades de uma disciplina, tendem sempre a mudanças, de modo que atendam diferentes públicos escolares e respondam às suas necessidades sociais e culturais inseridas no conjunto da sociedade.

Nesse sentido Foucault (1996), em sua obra *A ordem do discurso* relata que a função é conservar ou produzir discursos, mas para fazê-los circular em um espaço fechado A doutrina, por sua vez que também determina o modo como o indivíduo criará seu discurso, procura difundir seu discurso para o maior número de pessoas, contudo, a única condição requerida é o reconhecimento das mesmas verdades e a aceitação de certas regras e verdades.

Nesta esfera de disputas, encontra-se o apoio a discursos iconográficos historicamente produzidos que, junto a toda uma literatura, cristalizam a imagem acerca desses sujeitos históricos. Pode-se perceber, após uma breve análise que o ambiente escolar, a análise do material pedagógico e as práticas escolares relatadas em entrevistas com os professores/as tornam-se valioso espaço de pesquisa, afim da comprovação *in loco* da observância e cumprimento ou não da referida lei pelos órgãos públicos e por seus representantes institucionalizados.

Bittencourt (2009) observa que os índios, mesmo em obras mais críticas, são apresentados em seus aspectos gerais, com análises mais estruturais empenhadas em rebater as teorias raciais que buscavam culpá-los pela herança deixada ao povo brasileiro, a saber, a “índole avessa ao trabalho produtivo.

Na busca de aproximações do saber histórico e escolar, a base curricular deve integrar o fazer histórico e o seu ensinar ao saber historiográfico. Roger Chartier em sua obra *A História Cultural entre práticas e representação* chama a atenção para uma leitura da história que possa identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma realidade social é construída, pensada, dada a ler. Nesse sentido, os indígenas, constroem a si mesmo, mas há também, outros movimentos que influenciam na sua construção. Nesse lugar, estão os manuais de formação e subsídios disponibilizados pelo o mercado editorial, dizendo quem são e como são os índios brasileiros e alagoanos, formando gerações de jovens fora das recomendações em Chartier.

Possivelmente essas discussões tenham sido levantadas por pesquisadores, indigenistas e indígenas, que por meio de lutas, movimentos e reivindicações viriam a influenciar nos trâmites legais tratando das questões educativas escolarizadas.

A escola, ao longo da história do Brasil, tem cristalizado determinadas imagens sobre os índios que contribuem na construção do presente e futuro. Com isso acabam favorecendo a exclusão, ou pelo menos, o esmaecimento da presença indígena na sociedade brasileira. Assim, quando se pensa nos indígenas, é comum nos remetermos a uma imagem do índio do período colonial, ou então a ideia de que atualmente, só existem índios na região amazônica e nas florestas, é preciso superar essa visão de índio e lembrar que eles se encontram em todo o território nacional, é preciso lembrar, ainda, que atualmente existem os índios urbanos e que as discussões são pertinentes dentro do processo escolar sobre o ensino sobre a História e as Culturas indígenas no Brasil.

Entretanto, isso suscita algumas questões fundamentais a serem questionadas: Quais as funções, estratégias, e conteúdos substantivos circunscritos à história indígena, prescritos pelos manuais de formação de professor, produzidos após a referida lei De que maneira este material tem chegado até a escola Quais as informações que são veiculadas nas escolas

Nesse sentido, lamentamos que apesar dos esforços acadêmicos muitos livros didáticos, aprovados pelo o MEC, atualmente permanecem seguindo abordagens ultrapassadas. E estão sendo adotados pelos/as professores/as, resultando as desinformações a respeito das temáticas em discussão influenciando diretamente a opinião daqueles que utilizam, ressaltando equívocos e desinformações. A exemplo da representação do “Índio”.

A presença da temática indígena contribui para além de definições étnicas. Ela é um compromisso ético. Na historiografia sobre a colônia temos mais de três séculos de período colonial e como os livros abordam a relação de trabalho indígena e os interesses da metrópole

Em meados do século XVI com a chegada de missionários religiosos, viajantes e nobres europeus que ao circularem ou habitarem e entrarem em contato com os nativos da Colônia portuguesa na América iram atuar como cronistas da

paisagem desse novo mundo. É nesse período que a visão elaborada na Carta de Caminha começa a mudar. Observa-se que os livros apresentam ambas as visões.

Foucault (1996) demonstra uma profunda clareza diante da força do discurso, da força materializadora do mesmo, da responsabilidade do locutor e do locutário ao utilizar-se das palavras e constituir os discursos. Na obra “A ordem do discurso”, o autor demonstra sua consciência diante de algo tão relevante como a força das formulações discursivas, uma vez que nós, quase em profusão, nos utilizamos da linguagem de forma negligente, reproduzimos ideologias sem analisarmos e assumirmos a parcialidade de nossas formulações discursivas

Analisar como os indígenas são representados no banco da escola a partir não somente do livro didático, mas dos manuais acerca da temática é perceber a problemática histórica da representação do “outro”. Ao mesmo tempo em que se observa como as relações entre índios e não índios são historicamente produzidas e perpetuadas na memória de um povo. Essa memória coletiva é construída a partir de um conjunto de identificações e características sobre o que são e quem são os índios no Brasil. Esse processo passa pela identificação das diferenças e das semelhanças entre quem observa e que é observado.

Uma das práticas importantes no Ensino de História é quando professores/as têm oportunidade de conviver e conversar com os que fazem parte da história em que relatam a linguagem local, mas também o vocabulário diferenciado, as experiências, as vivências específicas e os seus costumes. Desta forma, compreendendo de uma diversidade de interpretações da própria realidade, organizando suas próprias conclusões. Conhecer e conversar com indígenas podem ser um passo importante no ensino sobre a temática indígena.

Ao buscarmos os indígenas dentro do tempo presente, hoje nos manuais didáticos, nos apresentam os da região do Amazonas (norte do país) reafirmando um conceito de cultura como algo petrificado, imutável. Quando deveria reconhecê-la em seu processo dinâmico ao reconstruísse envolvida na tradição e no cotidiano dos seres humanos. Ou logo em reivindicações ou conflitos por terra. Desconsiderando suas outras formas de organização e reivindicação de direitos por meio do próprio poder político-legislativo e eleitoral. Muito menos suas conquistas por meio do movimento indigenista ou indígena.

3 AS VOZES DOS PROFESSORES DE HISTÓRIA

Foi possível realizar entrevistas semiestruturadas com professores/as de História da rede pública Municipal e Estadual do município de Campo Alegre – AL. Perguntamos se conhecia a Lei 11.645/2008 que torna obrigatório o Ensino de História e da cultura Afro-Brasileira e Indígena nas escolas de ensino fundamental e médio de todo o Brasil. Diante dos questionamentos levantados, perguntamos se eles conheciam alguma comunidade Indígena no Estado de Alagoas. A maioria relatou que conheciam indiretamente, pois fizeram um estudo sobre a comunidade Kariri-Xocó e a Karapotó, assistiram a alguns vídeos sobre a comunidade.

Os/as professores/as discutem a história e a cultura indígena na sala de aula, mas tem consciência que a abordagem sobre a temática indígena precisa ser associada com a pesquisa, pois não pode ficar restrito a algumas aulas de história, mas deve ser tema interdisciplinar. Para um/a deles/as é saudável fomentar a importância dos povos indígenas, fazendo com que os estudantes compreendam a história e a cultura indígena, reconhecendo a própria cultura, pois, a presença deste tema possibilita que seja mostrada como realmente ela é, indo de encontro com a visão europeia que muitos livros didáticos ainda trazem.

Um/a professor/a trata da importância da temática indígena e acrescenta que é a valorização de um povo que sofreu e sofre a discriminação de suas origens e crenças, onde o mesmo sempre esteve presente na luta pela sua existência.

No tocante a formação para se trabalhar esta temática, um/a professor/a considerou sua formação suficiente para tratar da história indígena em sala de aula já outro/a afirmou que:

A formação sobre qualquer que seja o tema nunca é suficiente. Tenho conhecimento sobre a história da cultura indígena e procuro informações novas sobre esse tema. É preciso que haja mais palestras, seminários, livros, e etc. sobre tal tema, para que os professores de história e das demais disciplinas conheçam mais do tema tão importante para os nossos alunos.(professor/a colaborador/a da pesquisa).

Indagamos se eles tinham sugestões de como tratar a temática Indígena em sala de aula, e todos relataram que trabalhavam através, vídeos e fotografias dos povos indígenas atuais.

Discutimos sobre os indígenas na História no Brasil e em Alagoas tentando compreender porque o silêncio e desconhecimentos sobre essas populações. Alguns afirmaram que os livros didáticos são necessários e que mostram a História e a Cultura Indígena como mais próximo da realidade, por meio de projetos interdisciplinares, por exemplo. Para eles/as é muito necessário mostrar a luta histórica ao longo dos séculos em que os indígenas empreenderam para preservar a integridade física e cultural.

A partir dessas análises verifica-se que a mudança de postura sobre a temática Indígena passa também pela formação da/o profissional. É uma realidade dada a ler, como lembra Chartier (1994) só pode ser lida por aqueles que conseguem perceber. Em seus relatos é visível notar que para os/as professores/as os índios são tratados como “cultura” e não como “história”. São dois termos ou conceitos extremamente complexos para serem lançados sem maiores considerações ou distinções, algo que alarga futuras pesquisas.

Sendo assim vale considerar e evidenciar que a formação de professores/as deve ser um dos elementos significativos para a reconstrução das práticas no ensino sobre os povos indígenas no Brasil e em Alagoas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a reflexão apontada até aqui, é válido destacar que muito precisa ser realizado para a implementação da Lei 11.645/2008. Poderíamos elencar, nessas considerações, muitos motivos que justifica a inclusão do debate da temática Indígena nas escolas de educação básica, todavia, recorreremos a dois motivos que ao nosso ver tem grande relevância.

O primeiro é que se a escola hoje é pensada também como lócus de formação dos valores humanísticos, éticos, sociais e políticos, é seu dever contribuir para o fim de qualquer tipo de preconceito e discriminação de ordem étnica ou racial; E o segundo motivo reside na obrigatoriedade expressa nos documentos no âmbito nacional e internacional que propõem a coibição de práticas educativas discriminatórias, ou iludir a comportamentos semelhantes.

As crianças nas escolas são vestidas com saiotos de papel geralmente verdes e não faltam os gritos e os cenários com ocas e florestas. Dizem que estão imitando os índios, numa tentativa de homenageá-los. Entretanto, tais supostas homenagens se referem a qual índio As supostas imitações correspondem às situações dos povos indígenas no Brasil Como essas imagens ficarão gravadas na memória dos/as estudantes desde tão cedo Quais serão suas atitudes quando se depararem com os índios reais Quais as consequências da reprodução dessas desinformações sobre as diversidades étnicas existente em nosso país

Percebe-se que, muitas das vezes, o que aprendemos sobre os índios na escola está associado basicamente às imagens do que é também, na maioria dos casos, veiculado pela mídia: um índio genérico, ou seja, sem está vinculado a um povo indígena. Ou ainda com um biótipo de indivíduos habitantes na Região Amazônica e no Xingu. Com cabelos lisos, muitas pinturas corporais e adereços de penas, nus, moradores das florestas, portadores de culturas exóticas etc. Ou também os diversos grupos étnicos são chamados de “tribos” e assim pensados como primitivos, atrasados. Ou ainda imortalizados pela literatura romântica do século 19, como nos livros de José de Alencar, onde são apresentados índios belos e ingênuos, ou valentes guerreiros e ameaçadores canibais, ou seja, bárbaros, bons selvagens ou heróis.

Compreender a história indígena é reconhecer suas histórias, suas culturas, também, o que não quer dizer pintar e vestir crianças com penas na semana do 19 de abril. Reconhecer requer uma reelaboração nas formas de pensar a sociedade brasileira como um todo. É possibilitar escovar a história a contrapelo, como recomenda Walter Benjamin (1994), é de certo modo, implodir o contínuo da história ou pelo menos do ensino, para que se possa construir algo novo. Não sobre eles, mas com os indígenas.

Considerando a lei exposta nesta reflexão, entende-se que antes de qualquer lei, há processos específicos de cada grupo, tecidos por fios históricos cotidianamente e ao se aproximar dessa realidade oportunizamos a reelaboração do

que se compreende da sociedade. A lei passaria ser uma das formas de expressar essa história.

Nesse sentido, a partir dos relatos dos/as professores/as e das problemáticas teóricas apresentadas nessa reflexão, podemos inferir que a escola, enquanto instituição, por meio de suas práticas, valores e conhecimentos, contribui para a reprodução das desigualdades na sociedade em que vivemos, assim como para a manutenção dos discursos hegemônicos acerca da história e cultura indígena. Partindo dessa crítica é necessário pensar sobre o que é prioridade na educação e se a escola deve continuar com práticas que fomentem o individualismo, porém de nada adianta se os professores/as na condição de intelectuais constroem as ideias dos indígenas se utilizando de instrumentos didáticos e pedagógicos distorcidos. É preciso fazer um investimento na produção de subsídios didáticos que possam corresponder à realidade do tempo presente das populações indígenas no Brasil.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Regina C. de. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro FGV, 2010.

BLOCH, Marc. **Apologia da História: ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro, Zahar, 2001.

BITTENCOURT, C. M. F.. **O Ensino de História nas escolas indígenas**. Em Aberto, Brasília, v. 63, n. - X-, p. 105-117, 1994.

BITTENCOURT, C. M. F. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos índios no Brasil** 2ª ed. São Paulo: Ci.a das Letras, 1998.

FERREIRA, Gilberto Geraldo. **A educação dos Jiripancó: uma reflexão sobre a escola diferenciada dos povos indígenas de Alagoas**. Maceió, UFAL, 2009. (Dissertação de Mestrado em Educação Brasileira).

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FUNARI, Pedro Paulo; PIÑON, Ana. **A temática indígena na escola: subsídios para os professores**. São Paulo: Contexto, 2011.

MARIANO, Nayana Rodrigues Cordeiro. **A representação sobre os índios nos livros didáticos de História do Brasil**. João Pessoa, UFPB, 2006. (Dissertação de Mestrado em História).

SILVA JUNIOR, Aldemir Barros da. **Aldeando os sentidos: os Xucuru-Kariri e o Serviço de Proteção aos Índios no Agreste Alagoano**. Maceió, Edufal, 2013.

SOBRAL, Maria Neide; BRETAS, Silvana Aparecida Bretas. Projeto de Pesquisa. In: _____(org.). **Pesquisa em educação: interfaces, experiências e orientações**. Maceió: EDUFAL, 2016. p.193-237.

Notas _____

Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Sergipe. Membro do Grupo de Pesquisa em Educação, História e Interculturalidade (GPEHI). Bolsista Capes. Contato: taysakawanny2011@hotmail.com.

Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Sergipe. Membro do Grupo de Pesquisa em Educação, História e Interculturalidade (GPEHI). Bolsista Fapitec/SE. Contato: leyla.menezes@gmail.com.